



Diálogos

ISSN 2177-2940



Afetos, processos e crônicas: um estudo sobre as práticas de sociabilidade (Porto Alegre, 1890-1920)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i1.48973>

Carlos Eduardo Millen Grosso

 <https://orcid.org/0000-0001-6815-4290>

UniSociesc - Joinville, Brasil. E-mail: cmillengrosso@gmail.com

Affections, processes and chronicles: a study about the sociability practices (Porto Alegre, 1890-1920).

Abstract: The goal of this article is to analyze the social interaction practices in Porto Alegre between the years of 1890 and 1920. Making use of the records of deflowering criminal processes and literary chronicles, I intend to relate the process of organization and control of the public space to the sociability practices in which the several urban parts involved took part, paying particular attention to the affective arrangements in which these parts were involved.

Key words: Forms of sociability; Love practices; Criminal processes; Literary chronicles..

Afetos, procesos y crônicas: un estudio sobre las prácticas de sociabilidad (Porto Alegre, 1890-1920).

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar las formas de interacción social en Porto Alegre entre los años 1890 y 1920. Por medio de procesos criminales sobre desfloración y de crônicas literarias, trato de relacionar el proceso de organización y control del espacio público con las formas de sociabilidad vividas por diversos actores urbanos, con especial énfasis en los arreglos afectivos en que estos actores estaban envueltos.

Palabras clave: Formas de sociabilidad; Prácticas amorosas, Procesos criminales, Crônicas literarias..

Afetos, processos e crônicas: um estudo sobre as práticas de sociabilidade (Porto Alegre, 1890-1920).

Resumo: O presente artigo objetiva analisar as maneiras de interação social em Porto Alegre entre os anos de 1890 e 1920. Por meio de processos criminais de defloramento e de crônicas literárias, busco relacionar o processo de organização e controle do espaço público com as formas de sociabilidade vividas pelos diversos atores urbanos, dando especial atenção aos arranjos afetivos que envolveram estes atores.

Palavras-chave: Formas de sociabilidade; Prácticas amorosas; Processos criminais; Crônicas literárias.

Recebido em: 31/07/2019

Aprovado em: 02/09/2020

Introdução

O tema central deste artigo refere-se às experiências afetivas de homens e mulheres na cidade de Porto Alegre no final do século XIX e início do século XX. Mais do que tratar o relacionamento amoroso como meio de expressão dos sentimentos, ele deve ser analisado enquanto conjunto de práticas específicas e gerais, relacionadas não apenas à honra sexual, mas também a aspectos tão variados quanto àqueles relacionados à organização disciplinada do espaço urbano e aos padrões de comportamento em conformidade com os ideais burgueses (PESAVENTO, 2008, p. 12-16). Nesse sentido, considerando a cidade como um lugar de intersecções (CONLIN, 2015, p. 9-33), discuto as mudanças urbanas (infraestrutura de serviços), as tentativas de controle social implementadas pelo governo republicano, especialmente no contexto do Rio Grande do Sul, e as formas de interação social da população porto-alegrense

A delimitação cronológica escolhida para a condução desta pesquisa abrange o período compreendido entre os anos de 1890 e 1920, momento em que o Rio Grande do Sul, e mais especificamente Porto Alegre, apresentou um quadro de instabilidade e de reordenação social, cultural, econômica e político-administrativa (PESAVENTO, 2002, p. 263-264). Trata-se de um período no qual o controle da sexualidade feminina tinha evidência na pauta republicana (CORRÊA, 1992, p. 13-16).¹ O Estado e alguns segmentos sociais, como os constituídos por médicos, jornalistas e juristas, manifestavam preocupação com a honra das mulheres solteiras, mantendo-se em vista que a reputação das mulheres passava pela virgindade: a perda da virgindade antes do casamento era motivo de desonra e as mulheres que não se adequavam ao modelo feminino tido por ideal viravam alvo das ações policiais (RAGO, 1991; GROSSO, 2014).

A base documental desta pesquisa consiste basicamente na análise de crônicas literárias e processos criminais de defloramento². O uso desses tipos de documentos como fonte de pesquisa não constitui um expediente recente na historiografia brasileira. A exemplo de Boris Fausto (2001), Sidney Chalhoub (2001), Martha de Abreu Esteves (1989), Sueann Caulfield (2000), Sandra Jatahy Pesavento (2001) e Paulo Roberto Staudt Moreira (2009), entre outros, a lista de trabalhos que tomaram como suporte empírico processos criminais é grande. Os autores citados, independentemente das interpretações teóricas adotadas, compartilham o entendimento de que os processos criminais permitem visualizar formas de comportamentos interpessoais e padrões de conduta. Uma pesquisa com processos criminais, segundo esses mesmos autores, não pode ver o

1 Importante salientar que o controle sobre os corpos femininos existia antes do período republicano.

2 Conforme artigo 267 do Código Penal de 1890, o crime de defloramento consiste em tirar a virgindade de uma mulher menor de idade empregando a sedução, o engano ou a fraude (SOARES, 2004).

fato criminoso como inequívoco. Como bem salienta Boris Fausto (2001, p.32), “o fato considerado delituoso não é linear, nem pode ser compreendido por meio de critérios de verdade”.³

É importante tomar cuidado com as “miragens” dos arquivos judiciais, adverte o historiador Étienne François (1998, p.157), uma vez que “encobrem tanto quanto revelam”. Isto é, os fatos são modificados por meio das falas dos acusados, das vítimas, das testemunhas e da interpretação dos operadores jurídicos. Ao serem submetidos a uma intervenção jurídica, os fatos “entram para o mundo do direito”, sendo convertidos em um conjunto de versões “que apresente uma coerência interna, ainda que essa coerência esteja bastante distante do relato inicial” (LOCHE, 1999, p.117).

O rol de pesquisas que tomaram como suporte empírico textos ficcionais é relativamente extensa: Nicolau Sevcenko (2003), Sidney Chalhoub (2003), Regina Dalcastagnè (2001), Sandra Jatahy Pesavento (2002). Apesar das diferenças teóricas, tais autores apresentam a percepção de que a literatura permite acrescentar um “algo a mais” na compreensão de formas de comportamentos interpessoais e padrões de conduta. Nos termos de Sandra J. Pesavento (1995, p.117), “a ficção não seria [...] o avesso do real, mas uma outra forma de captá-la”. A análise de uma obra literária permite uma maior aproximação com fragmentos do “real” de uma época: como se pensava, como se sentia, o que se esperava do mundo, identificando hábitos, comportamentos e tensões sociais.

É importante destacar a literatura como testemunho ou documento histórico, no sentido de valorizar a riqueza do texto ficcional como fonte que, de forma indireta, fala do mundo, através de uma linguagem metafórica e alegórica. O conteúdo narrativo do texto literário, por conseguinte, é expressão de formas de pensar e agir, dotado de credibilidade e significância. Uma pesquisa com produção literária, segundo esses mesmos autores, não pode ver a narrativa como inequívoca. Como bem salienta Sandra Jatahy Pesavento (2006, p.8), “A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada”.

Nesse sentido, não é possível saber se a versão dos fatos narrada pelos cronistas e pelas pessoas envolvidas nos processos criminais de defloramento reproduz efetivamente a época, que traz à tona a “verdade”. Pois, nos termos do filósofo Paul Ricoeur, a versão aqui representa a “estreiteza do ângulo de engajamento de cada um”, estes multiplicando as “estratégias de evitação em relação aos conflitos internos em suas causas respectivas” (RICOEUR, 1990, p.253-254). Nesse jogo dos contrários, o social aparece em sua verdade paradoxal: o que é necessário afigurar-se possível, o que parece impossível é, no entanto, necessário, e o importante não é tanto resolver esse

³ Ver também CORRÊA (1981).

paradoxo quanto viver de sua tensão. É justamente sobre essa tensão, esse “excesso de sentido”, como diria Arlette Farge (1989), que é preciso trabalhar, reconhecendo nela um determinado momento histórico.

Portanto, utilizando como fontes de pesquisa crônicas de época e processos criminais de defloração⁴, a intenção foi traçar uma relação entre as mudanças urbanas, o controle social praticado pelo governo e as formas de interação social da população porto-alegrense, focalizando sobretudo as relações afetivas, uma vez que o espaço público projetado e imposto é transformado pelos indivíduos, que atribuem à cidade novos sentidos e vivências (RONCAYOLO, 1990).

Espaços e práticas

Nos últimos anos do século XIX, Porto Alegre concentrava o capital comercial e desenvolvia um mercado consumidor importante, dentro do qual o mercado de trabalho livre começou a ganhar centralidade, sediando o maior número de fábricas da Província do Rio Grande do Sul e a maior diversidade industrial. A produção industrial – centralizada nos ramos de alimentos, bebidas, produtos metalúrgicos, tecidos e vestuário – esteve, sobretudo, atrelada ao mercado regional e foi financiada por pequenos capitais acumulados através do comércio (PESAVENTO, 1980, p.55).

Em relação às transformações sofridas pela cidade de Porto Alegre na perspectiva econômica, destaca-se, também, neste contexto histórico do final do século XIX, o desdobramento do processo de expansão do tecido urbano. Esse processo teve início nos anos 1850, com a transferência do cemitério, antes localizado nos fundos da Igreja Matriz, área central, para o distante Morro da Azenha (onde atualmente está localizado o Cemitério São Miguel e Almas).

Além disso, houve avanço gradual da população, tanto pelas margens do Guaíba como pelo interior, seguindo os principais caminhos que ligavam a capital a outras povoações (Caminho da Azenha ou Estrada do Mato, Caminho Novo) (OLIVEIRA, 1993, p.121-123). Os antigos arraiais começaram a se expandir e originar os atuais bairros. Os bairros Floresta e Moinhos de Vento surgem do antigo arraial de São Manoel, limitado pelas avenidas Independência e Cristóvão Colombo. O arraial de São Miguel juntou-se com o do Partenon, formando o bairro Partenon. Entre o Menino Deus e o Partenon surge o bairro Azenha. Entre a várzea (Redenção) e a Independência apareceu o bairro Bom Fim. Navegante e São João cresceram na zona norte da cidade, constituindo-se agora também em bairros (FORTES, 2004).

4 Os nomes foram alterados para preservar a identidade das partes. Por motivos diversos, alguns processos criminais de defloração não apresentavam informações detalhadas sobre as partes envolvidas, como profissão, cor, nacionalidade.

A cidade, a grosso modo, se expandiu para várias direções, em um movimento que se desenrolava para além da área central e se alongava para regiões até então pouco habitadas. Considerando os limites urbanos definidos pela Intendência Municipal, é possível observar também a expansão da cidade através do aumento do número de distritos no final do século XIX: de quatro distritos em 1892 para oito em 1896.⁵

Em 1892, no mandato do primeiro intendente de Porto Alegre – Alfredo Augusto de Azevedo⁶ –, foi formulada a Lei Orgânica do Município, que atribuía à Intendência a organização do sistema viário, a regulação e inspeção da educação e do serviço higiênico, entre outras responsabilidades. No mesmo ano, foram estabelecidos os limites urbanos, determinando que o novo regime tivesse como propósito – de acordo com a letra da lei – “estender a todos os núcleos da população esparsos nas proximidades da capital os benefícios da vida, administração e policiamento da cidade”.⁷ Ainda que Porto Alegre passasse por uma agitação em função da instabilidade dos primeiros anos da República – ao que se somaram a destituição do então governador Júlio Castilhos, no chamado “governicho” (1890-1891) (FRANCO, 1996, p.114)⁸, e a Revolução Federalista (1893-1895) –, as duas primeiras gestões municipais (Alfredo Augusto de Azevedo e José Luís de Farias Santos) conservaram os esforços de normatização da vida e reordenamento do espaço.

Na gestão de José Montaury de Aguiar Leitão, as tentativas de ordenamento e reestruturação da cidade passaram a ser tratadas de forma mais sistemática, tanto em função da paz que se seguiu ao término da Revolução Federalista – que se deu entre 1893 e 1895 –, quanto da continuidade administrativa, posto que o intendente esteve à frente da cidade entre os anos de 1897 e 1924 (BAKOS, 1986, p.39).⁹ Entretanto, os consecutivos governos positivistas não conseguiam realizar, de forma efetiva e abrangente, o projeto de modernização da cidade. Isso só veio a ocorrer a partir da década de 1920, na administração municipal de Otávio Rocha, entre os anos de 1924 e 1928, com continuidade nas administrações de Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943) (MONTEIRO, 1995, p.48).

Orientado pelo governo estadual, que o amparava, a transformar a cidade de Porto Alegre em uma capital “moderna”, o intendente José Montaury buscou introduzir uma série de melhorias

5 Leis Municipais de 1892 a 1900. **Acto nº27**, de 18.12.1898. Porto Alegre: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre, p. 66-71. AHPA.

6 Permaneceu na intendência de 12 de outubro de 1892 a 3 de janeiro de 1896.

7 Ato nº12, de 31 de dezembro de 1892. In: **Leis, decretos e resoluções**. Porto Alegre: A Federação, 1893, p. 77.

8 O governo provisório foi formado por republicanos dissidentes, organizados no Partido Republicano Federal. O chamado “governicho” viria a cair pouco tempo depois, sendo Júlio de Castilhos então reconduzido ao poder.

9 Amparado no preceito constitucional, que permitia a reeleição consecutiva do intendente, tal como do presidente do estado, José Montaury foi reconduzido ao poder diversas vezes pelo então presidente do estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros.

urbanas, como iluminação, fornecimento de água, educação, transporte, saneamento, assistência social e policiamento (LOPES, 2013, p.132-184). Conforme descrição de Achylles Porto Alegre¹⁰, jornalista e cronista do final do século XIX e início do século XX, as transformações foram bastante impactantes:

Se, de memória, regressamos a esses tempos, vem como rápido e espantoso o progresso da cidade. Hoje, ela ostenta-se garbosa, com sua edificação moderna, pomposos palacetes, ruas calçadas e paralelepípedos (trabalho já em início), cabarés, cinemas e mais ‘fitas coloridas’ de modernismo e civilização. Onde antigamente eram velhos imundos pardieiros, erguem-se agora edifícios de requintada estética (PORTO ALEGRE, 1994, p.18).

A despeito do entusiasmo do cronista, as áreas centrais da cidade foram as que mais passaram por modificações no período (SPALDING, 1967). Conforme relato de outro cronista da época, Vivaldo Coaracy¹¹, jornalista e escritor carioca que viveu em Porto Alegre entre os anos 1905 e 1919, a realidade da cidade naqueles anos se caracterizava por transformações seletivas e não abrangentes:

Das ruas, muitas delas íngremes ladeiras a galgar a encosta abrupta para atingir o espigão estreito, poucas calçadas a paralelepípedos. Na maioria, o pavimento era de pedras irregulares. [...] A maioria dos habitantes comprava água em barris, dos carros-pipas que a vendia percorrendo as ruas pela manhã. [...] A parte central da cidade dispunha de luz elétrica, fornecida por uma companhia, a Fiat Lux. [...] Noutras zonas da cidade havia iluminação a gás. Bondes elétricos, evidentemente, não havia. Os bondes que serviam os vários bairros eram de tração animal (COARACY, 1962, p.5-7).

No trecho fica claro que o incômodo aspecto provincial que Porto Alegre apresentava aos olhos do cronista não dizia respeito somente às ruas sujas, sem calçamentos, ou à inexistência de esgotamento sanitário, mas à seletividade da precariedade. Quanto a esse aspecto, Sandra J. Pesavento (1992, p.40) observa:

[...] nem todas as ruas eram iguais e a cidade reproduzia, na ocupação do espaço e na atuação da municipalidade, as distorções sociais. Colônia Africana, Cidade Baixa, Santana, Navegantes, uns arrabaldes, outros nem tanto, ostentavam em suas ruas mazelas da administração pública. Todos pagavam impostos, mas os serviços de iluminação, coleta de lixo, esgotos, arruamentos, eram desiguais.

10 Nasceu em Porto Alegre em 1848 e faleceu na mesma cidade em 1926. Foi professor, escritor, jornalista e funcionário público.

11 Vivaldo Coaracy nasceu no Rio de Janeiro em 1882 e morreu na mesma cidade em 1967. Ele foi engenheiro, jornalista e escritor.

Dentro desta seletividade, foi no 1º Distrito que ocorreu a maioria das transformações urbanas. Centro econômico e núcleo administrativo, o 1º Distrito era a área mais populosa da cidade, concentrando os edifícios públicos e os núcleos culturais (teatro, cinema, livraria), bem como as moradias de propriedade da elite urbana do período. Contudo, em meio a esta área central e nobre da cidade, existiam os lugares de discriminação (cortiços, becos), habitados pela população pobre (MONTEIRO, 2006, p.266). É o caso do Beco do Oitavo, que ficava nas proximidades da rua Sete de Setembro – área central da cidade – e que, na opinião elitista de Achylles Porto Alegre (1994, p.68), “era um sítio que inspirava sérios receios. Ainda de dia, transitava por aí uma ou outra viva alma, mas quando o sol se recolhia, custava-se a ver um ou outro vulto a entranhar-se pela escuridão a dentro do beco.”

Achylles Porto Alegre apresentava interesse sobre temas relacionados à vida e aos conflitos urbanos da Porto Alegre da virada do século XIX, que eram interpretados a partir de noções como “desordem” e “imoralidade”, fortemente alicerçadas nas representações da ordem social da época (PESAVENTO, 2001). Mais adiante, o cronista, adotando uma visão elitista e preconceituosa, identifica padrões de comportamentos considerados ofensivos à moral e aos bons costumes da época:

Vivia ali gente da pior espécie, mulheres da vida airada e sujeitos com má nota nas crônicas da polícia. Era uma colmeia de vagabundos, gatunos, desordeiros, faquistas. Naqueles casebres moravam mulheres, soldados e jornaleiros em confusa convivência, por vezes pouco harmoniosas (PORTO ALEGRE, 1994, p.70).

A visão do cronista coincide com o interesse da administração municipal em acabar com áreas consideradas ofensivas à moral vigente. A preocupação com o saneamento básico e as novas construções motivou a elaboração de diferentes regulamentos que foram propostos pela administração municipal, como regulamento de polícia, normativas sobre higiene e as regras de operação da Diretoria de Obras do Município de Porto Alegre, em 1896. A partir de então, buscava-se a extinção dos cortiços. Do processo de limpeza das ruas também fazia parte tirar de circulação os indivíduos “turbulentos, desordeiros e vagabundos” (PESAVENTO, 2002, p.267-269). Outra medida foi a fixação de regras a serem observadas nas construções da cidade, definidas pelo Código de Posturas Municipais sobre Construções, de 13 de março de 1893.¹² Com essa regulação, a municipalidade buscava ordenar, padronizar, regulamentar e fiscalizar o surgimento de novas edificações, seguindo padrões de alinhamento, respeitando alturas mínimas de pé-direito interior, obrigando o arejamento e áreas mínimas, proibindo edificações em madeira no alinhamento das

12 Código de Posturas Municipais sobre Construções. **Atos do Intendente**. Ato nº22, Lei nº2, 1893.

ruas ou adjacentes a diferentes prédios, entre outros.

As ações públicas, de certa forma, conduziam a um processo de organização e controle do espaço público indiferente aos trabalhadores pobres, resultando na criação de inúmeros mecanismos de repressão e controle da vida mundana porto-alegrense. Na esteira desse processo, criou-se em 1896 a Polícia Administrativa, cuja principal função era a prevenção de delitos e de transgressões, tais como desordens, prostituição e embriaguez (MAUCH, 2017, p.54-69). Considerando esse crescente controle social, a população buscava formas alternativas de se encontrar às escondidas, “numa permanente invenção do cotidiano” (CERTEAU, 1995), uma vez que a vivência dos espaços, as ações cotidianas, formam-se a partir do costume dos indivíduos e dos seus movimentos pela cidade. É o que se verifica no processo de defloração envolvendo a doméstica Mariana, de 19 anos, branca, que marcara ou, conforme terminologia da época, contratara casamento havia cerca de dez meses com Fernando. Segundo Mariana, há cinco meses, mais ou menos, Fernando convidara-a para irem nuns “matos” próximo de casa, onde a deflorou.¹³

No processo de defloração envolvendo Guilherme e Heloísa, o controle policial acabou agindo de forma direta no encontro do casal.¹⁴ Conforme relato de Heloísa, o casal namorava há aproximadamente um mês e mantinham encontros regulares. Na madrugada do dia 13 de setembro de 1915, Heloísa, de apenas 15 anos, trabalhava como florista, e Guilherme, de 20 anos, trabalha em um escritório, foram interpelados pelo agente Maurício na rua Sete de Setembro – área central da cidade (1º distrito).

Segundo relatório de polícia, mais ou menos a uma hora da madrugada, o agente Maurício, “de serviço na rua Sete de Setembro, foi surpreendido com a presença de um casal, muito jovem, que procurava entrar no prédio n.25, casa comercial daquela rua”. O sentimento de surpresa manifestado por Maurício diz respeito ao comportamento suspeito de Guilherme e Heloísa, considerando os padrões de comportamentos vigente na época. O agente tratou de avaliar a conduta moral de Heloísa:

Observando as maneiras tímidas da moça, para logo verificou o agente não tratar-se de uma meretriz que ali fosse com o intuito de pernoitar com o moço que a conduzira; antes, afagou a suposição, mais tarde verificada verdadeira, de que no caso tratava-se de uma menor seduzida; pelo que conduziu a ambos a comparecerem a esta delegacia, a fim de prestar esclarecimentos, [...].

A decisão do agente em levá-los para a delegacia foi pautada por uma observação cuidadosa sobre a menor, estabelecendo uma rede de analogias entre certo e errado, de acordo com

13 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº 1193, maço 79, caixa 2034, 1921.

14 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº 599, maço 34, caixa 1978, 1915.

as exigências de uma política de controle social que tinha na figura feminina um dos seus interesses (RAGO, 2005; SCHETTINI, 2006). A conduta moral das mulheres, especificamente quanto ao comportamento sexual, era elemento essencial para a comprovação da “honestidade” das mulheres. O controle da sexualidade é resultado de um intrincado conjunto de processos sociais, culturais e históricos, que engloba, para formação de regras, desde mecanismos biológicos de reprodução até normas ancoradas em instituições judiciárias (FOUCAULT, 1988).

Para o sociólogo Luís Antônio Francisco de Souza, que estuda a polícia nas primeiras décadas do século XX em São Paulo, o projeto das instituições policiais brasileiras tinha sempre em vista a rua, espaço de preocupação do Estado devido ao destaque, no projeto republicano, do programa de controle da ordem urbana. Assim, seriam atribuídos à polícia poderes destinados “à repressão de regras sociais e morais” (SOUZA, 2009, p. 25). Essa atenção para com a conduta moral das mulheres estava em consonância tanto com alguns preceitos do direito quanto com o pretexto político mais amplo de formação da nação republicana, assentada na valorização do trabalho e na “civilização” dos costumes (CAULFIELD, 2000; ALVAREZ, 2003).

No caso do Rio Grande do Sul, a política de controle social está fortemente amparada na doutrina positivista do filósofo Auguste Comte, que tinha na figura feminina um dos seus pilares. Com a proclamação da república no Brasil, afinal, alçou-se ao poder, no estado do Rio Grande do Sul, o Partido Republicano-Riograndense (PRR). A despeito dos demais partidos republicanos existentes no Brasil naquela época comungarem, de alguma forma, das ideias do positivismo comtiano, a versão gaúcha foi a que mais incorporou essa nova cartilha ideológica na política. Essa influência refletiu-se na própria organização política do estado, especialmente no que se refere ao tratamento dado à questão social (CARVALHO, 1998, p.27-28).

A partir da Constituição do Rio Grande do Sul de 1891, o Presidente do estado passou a ter uma concentração considerável de atribuições, dentre as quais se destacam a organização da força pública do Estado, dentro da verba orçamentária dedicada a este serviço, sua disposição, distribuição e mobilização segundo as exigências da conservação da ordem (OSÓRIO, 1981, p.117-138). Conforme a pauta do PRR, o Estado seria o agente emulador do progresso irrefreável, que correria indiscriminadamente e sem sobressaltos, trabalhando-se em prol da difusão do sentimento de harmonia social e rigidez moral. A partir do jornal *A Federação* e de escritos de Auguste Comte, a pesquisa de Elisabete da Costa Leal (1996) mostra como esta influência contribuiu para a construção de papéis femininos extremamente rígidos na sociedade gaúcha daquela época.

As ações da polícia administrativa se concentravam especialmente na área central da cidade (1º distrito), pois era nesta região que se dava a convivência social dos segmentos médios e abastados. Essas ações frequentemente se aplicavam contra as casas consideradas “duvidosas”

(prostíbulos) na época, as quais se multiplicavam em meio às residências tidas como “familiares”, forçando um convívio indesejável para a moral das “famílias de bem”. Conforme o jornalista, escritor e político Ary Veiga Sanhudo (1975, p.10):

Os alcouces¹⁵, situados quase todos nos estreitos becos do Poço e do Fanha, eram antros sórdidos, povoados por desgraçadas mulheres em ambiente de miséria. Meretrizes de melhor categoria, pouco, aliás, viviam isoladas, com simulado recato, em respeito constrangido às famílias da vizinhança. Frequentavam as casas de encontro a que o povo, em grotesco eufemismo, dava o nome de maternidade.

A preocupação de Sanhudo está justamente em descrever os comportamentos adotados por alguns indivíduos ou grupos que habitavam a área central da cidade, tomando como orientação preceitos elitistas e preconceituosos. O autor entendia que o problema não residia somente na existência desses estabelecimentos, mas nas atitudes daqueles que moravam e/ou trabalhavam naqueles locais. Num período em que muito se debatia nos jornais sobre a posição da mulher na sociedade, a prática da prostituição, por exemplo, se tornou um problema social amplamente discutido, vindo a ser objeto de ações policiais. Não só o cenário político e econômico chamava a atenção da imprensa local, como se pode ver nas páginas dos jornais porto-alegrenses tais como “A Gazetinha”¹⁶; as atitudes dos diversos atores sociais da cidade também eram colocadas sob exame. Essa atenção tinha, dentre outras, uma marca de gênero: se é verdade que o comportamento masculino era objeto de atenção, eram especialmente as atitudes femininas que tinham espaço garantido nas edições diárias (BECKER, 2007, p. 66). De modo geral, nos jornais, como sugere Claudia Mauch, o comportamento sexual feminino era objeto de atenção e regulação. Os jornais buscavam discutir, a partir de modelos de retidão e comportamentos das mulheres, assuntos como casamento, prostituição e aborto, tratando o sexo como tema moral (MAUCH, 2004, p.84-104; LEAL, 2013, p.65-71).

O controle da sexualidade feminina tinha destaque na pauta republicana no período. Os jornais manifestavam preocupação com a honra das mulheres solteiras, pois a reputação das mulheres passava pela virgindade. A perda da virgindade antes do casamento era motivo de desonra. Entretanto, as mulheres que não aderiam a modelo feminino viravam alvo de ações policiais. Ou seja, eram duplamente excluídas por serem “outras” e por serem “(a)imorais” e “pobres”. As mulheres viviam, de acordo com este olhar preconceituoso e caricatural, o contrário da civilização.

15 Alcouce significa prostíbulo.

16 O período de circulação do jornal Gazetinha foi de maio de 1891 a março de 1900. O periódico caracterizou-se pela crítica e sátira dos costumes dos porto-alegrenses (SILVA; CLEMENTE; BARBOSA, 1986, p. 195).

Novas experiências e modos de vida na cidade

O ideal de modernização – que será encampado pelo estado do Rio Grande do Sul e tratado por literatos e jornalistas ao longo da República – estará encadeado ao projeto desenvolvido pela Capital Federal (cidade do Rio de Janeiro), cuja racionalidade procurava a reformulação do espaço urbano, a reforma sanitária e a reorganização dos logradouros públicos, com a abertura de praças e avenidas, símbolos do progresso, em uma estratégia capaz de nortear os indivíduos (HERSHMANN; PEREIRA; 1994, p.26-27). Os anseios dessa modernização reverberavam na vida cotidiana dos habitantes da cidade, adquirindo múltiplos significados. O jornalista Vivaldo Coaracy, após um período de viagem de estudos aos Estados Unidos, retornou a Porto Alegre no ano de 1913 e percebeu mudanças significativas na paisagem urbana: “A cidade crescera e prosperara. Estava longe do quadro tosco que me impressionou em 1905” (COARACY, 1962, p.7).

A República havia trazido a Porto Alegre, com seu ideário positivista, o desígnio da modernidade urbana e da organização disciplinada do espaço, de acordo com os ideais do progresso econômico e da ordem burguesa. Porém, a proposta não se restringia exclusivamente à modernização da cidade. Havia também o interesse na renovação cultural do estado, trazendo na educação o seu principal sustentáculo. A criação de diversas instituições, tais como a Universidade Técnica, a Faculdade de Medicina e o Liceu de Artes e Ofícios, tinha como propósito formar uma elite qualificada e treinada para as intervenções urbanas nos moldes da doutrina positivista, ligadas à engenharia e ao saneamento e orquestradas pelo governo.

A finalidade era “civilizar” o estado do Rio Grande do Sul, especialmente a cidade de Porto Alegre, em conformidade aos novos modelos de comportamento e de valores, articulando a “modernidade como uma nova experiência existencial e íntima” (SEVCENKO, 1998, p.522). Até mesmo Achylles Porto Alegre, escritor enraizado nos velhos costumes, não deixava de reconhecer a importância das mudanças na cidade que passaram a surgir nas primeiras décadas do século XX: “Hoje, ela ostenta-se garbosa, com sua edificação moderna, pomposos palacetes, [...], *cabarets*, cinemas e mais ‘fitas coloridas’ de modernismo [...]” (PORTO ALEGRE, 1940, p.30-31).

A nascente infraestrutura da capital – iluminação pública, bondes, esgoto, imponentes prédios públicos de estilo francês, lazer no parque – possibilitava à elite econômica e ilustrada deleitar-se com os novos redutos de sociabilidade urbana na “moderna” cidade de Porto Alegre. No período, Porto Alegre contava com 3 livrarias, 2 teatros e 4 faculdades – Direito, Engenharia, Medicina e Farmácia – para uma população de setenta e quatro mil habitantes (MOREIRA, 1989,

p.16).

O escritor Achylles Porto Alegre, ao escrever na década de 1920 sobre alguns aspectos da vida urbana, manifestou entusiasmo com o desenvolvimento de edificações e lugares que passaram a surgir nas duas primeiras décadas do século XX e com as experiências envolvendo a inserção desse modo de vida na capital gaúcha. Os cafés, por exemplo, eram motivos de orgulho e adoração entre a elite cultural da cidade. Achylles Porto Alegre (1995, p.65), adotando um posicionamento alinhado à elite local, descreve a relação importante dos cafés na vida urbana porto-alegrense:

O ‘café’ moderno é o ponto de reunião dos intelectuais, dos jornalistas, dos artistas e dos políticos. Ali, entre uma fumaça e um gole de café, se combinam os mais arrojados planos literários, artísticos e administrativos. Ali se concebem num relance diante da chávena ou do cálice inspirado, o poema, o romance, o artigo de fundo, a crônica, o quadro, a eleição do presidente da República ou a organização de um ministério. Ali se planeja revoluções e deposições de governo. [...] Ali, o escritor naturalista ou realista vai estudar, surpreender e apanhar os tipos vivos de seus contos, de suas novelas e romances.

O escritor ressalta o aspecto tipicamente urbano, caracterizado pelo estilo de vida “moderno” praticado por determinados segmentos sociais da cidade, especificamente do sexo masculino. Outro aspecto que fica evidente no trecho acima é a valorização da sociabilidade ligada à conversa de alguns temas: literária e política.

Se, por um lado, os cafés tiveram influência no novo comportamento dos indivíduos do sexo masculino oriundos dos segmentos médios e superiores de Porto Alegre, por outro as áreas livres foram ocupadas pelas mulheres, revelando uma mudança também no comportamento feminino. Essa mudança é observada por Achylles Porto Alegre (1923, p.81), ao demonstrar surpresa com a presença intensiva das mulheres nas áreas livres da cidade:

Aonde quer que conduza meus passos e por cedo que seja, encontro sempre no meu caminho, senhoras e senhoritas que fazem o seu “footing”, andam as compras e obedecem a prescrições médicas. Algumas são empregadas, moças que vão para seus empregos. E são muitas as damas e as senhoritas que andam sós, a qualquer hora do dia. E isto é tão natural, tão do “meio”, que a gente não repara quando encontra uma amiga, mesmo as de antanho, só, na rua.

A partir do relato do cronista, é possível identificar uma ocupação de áreas da cidade por indivíduos do sexo feminino guiados por diferentes interesses. Os espaços públicos são lugares praticados, uma vez que a vivência dos espaços, as ações cotidianas, formam-se a partir do costume dos indivíduos e dos seus movimentos pela cidade. A rua constituía-se desde a época colonial como

um local genuinamente popular que, com as reformas urbanas do final do século XIX, foi sendo gradativamente ocupada pelas famílias da elite (SOIHET, 1989, p.303). É precisamente do impulso moderno e transformador que veremos prosperar as relações modernas de namoro nas novas ruas, praças, bondes e jardins. Nos relatos das menores, dos acusados e das testemunhas que povoam os processos criminais de defloramento analisados, bailes, bondes e praças apareciam como locais habitualmente frequentados para a prática sexo-afetiva.

Dentro dos limites morais da época, as mulheres vivenciavam, no dia-a-dia, formas diversificadas de encontro afetivo. O passeio era uma forma muito apreciada de encontro dos casais. É o caso da doméstica Daniela, de 15 anos, branca, que contou na delegacia que, no dia 13 de maio de 1921, foi passear na casa de sua avó e de volta deste passeio encontrou-se com o seu noivo Pedro, 28 anos.¹⁷ Ela o convidou para terem uma conversa em particular na Praça Conde de Porto Alegre; ele atendeu ao chamado de Daniela e com ela seguiu. Após passarem um tempo na praça, Daniela disse que eles resolveram seguir passeio para os lados do Caminho Novo, onde aproximadamente às 20h30 tomaram um bonde da linha dos Navegantes, vindo da Praça do Mercado; que ali estiveram até as 22h30, horário em que tomaram um bonde da linha do Menino Deus, conduzindo Daniela para a sua casa localizada na avenida 13 de Maio.

Outro espaço que se desenvolveu na cidade foi o restaurante. A ideia do que seria um restaurante não era bem definida por parte de seus frequentadores na relação público-privada. De acordo com as narrativas encontradas nos processos criminais de defloramento, o restaurante era entendido ora como um ambiente público, ora como um espaço para o anonimato. Ainda que a demonstração de afeto fosse possível e realizável nas relações de namoro em restaurante nas histórias encontradas nos autos, a história descrita por Claudete, no processo criminal de defloramento, caminha para a adoção de um comportamento mais discreto, sem manifestação de carícia pública. Claudete, de 17 anos, branca, solteira, disse na delegacia que na manhã do dia 5 do mês janeiro foi ao centro da cidade comprar remédios a mando de sua mãe, com a pretensão de regressar à casa dos pais às 14 horas. Porém, recebeu o convite do comerciante Hugo, 30 anos, sírio, solteiro, para almoçar no restaurante localizado na rua Riachuelo – o que, de fato, fizeram às 13 horas. Após almoçarem reservadamente, o acusado fez-lhe um pedido para irem à casa de uma conhecida dele, de nome Ana, moradora da rua General Paranhos, nº 70. Após muita insistência de Hugo, a menor disse que foram para respectiva casa e lá praticaram “atos libidinosos”.¹⁸

No processo entre Marco, 18 anos, solteiro, barbeiro, e Isadora, 17 anos, solteira,

17 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº1285, maço 85, caixa 2042, 1921.

18 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº1131, maço 75, caixa 2030, 1920.

empregada doméstica, o defloramento ocorreu após uma ida ao teatro.¹⁹ Conforme depoimento na delegacia, Isadora contou que havia oito meses que mantinha um namoro com Marco, que costumava visitá-la na casa de seus patrões. No dia 28 do abril de 1919, como de costume, o acusado acompanhou a depoente e sua irmã ao Teatro Apollo. A menor narrou que, terminado o espetáculo às 23 horas, Marco deixou Mariana, sua irmã, em casa de seus patrões. Logo após, conduziu Isadora até a barbearia em que trabalhava, localizada na rua dos Andradas. Lá a menor disse ter sido deflorada por Marco.

Outra situação parecida foi relato em outro processo criminal de defloramento²⁰. No sábado dia 7 de janeiro, Maria Amália da Silva foi “espionar” um baile que se realizava no prédio de propriedade de João Alves Ferreira, localizado na rua São Joaquim, nº 36. Maria Amália da Silva, 14 anos, parda, solteira, filha de Dorcelina da Silva, contou que foi em companhia de uma vizinha a um “baile” ocorrido próximo à casa de Augusto Vinhas, onde trabalhava nos serviços domésticos.

De acordo com o seu depoimento, no referido baile encontrava-se Antônio Brunelli, que Maria Amália disse namorar há uma semana. Conforme a menor, Antônio Brunelli, que se encontrava no interior do prédio onde se realizava o baile, passou a enviar-lhe recados por intermédio de um “guri”. Em seguida, o acusado teria ido ao encontro da menor que se encontrava na parte de fora do baile. O acusado trazia consigo cerveja e doces que foram oferecidos à Maria Amália. A companhia da menor, tempos depois, se retirou do baile, deixando Maria Amália sozinha com o acusado. Em face disso, Antônio Brunelli passou a convidar insistentemente a menina para um passeio. De tanto insistir, segundo depoimento de Maria Amália, o acusado obteve sucesso, levando-a para um “mato” existente em Teresópolis. Maria contou que o acusado, “sem promessa de casamento”, teria a deflorado. Ela alegou que o acusado “deixou-a tonta de tanta cerveja que a fez tomar” e por isso foi deflorada.

Nessas histórias em que se cruzam a honra sexual das menores e os lugares praticados, pode-se vislumbrar em que medida estas relações sexo-afetivas representavam as relações modernas de namoro impactadas pelos novos espaços da cidade.

Considerações Finais

Considerando todas as mudanças ocorridas na capital do Rio Grande do Sul na virada do século XIX para o século XX – especialmente no que se refere ao seu aspecto urbano –, observa-se que aquele foi um período de desenvolvimento de uma nova dinâmica sociocultural, que iria atingir

19 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº 973, maço 63, caixa 2015, 1919.

20 APERS. Comarca de Porto Alegre. **Processo criminal**, nº 1344, maço 89, caixa 2047, 1922.

os modos de interação social. O governo estadual e o municipal iniciaram um enorme programa de obras públicas na capital.

Através das crônicas da época e dos processos criminais de defloração, a intenção foi traçar uma relação entre as mudanças urbanas, o controle social praticado pelo governo e as formas de interação social da população porto-alegrense, focalizando sobretudo as relações afetivas. Nesse sentido, é possível verificar uma nova dinâmica sociocultural, que foi sendo incorporada aos poucos às práticas afetivas da sociedade porto-alegrense do período.

Além disso, a pesquisa não teve a pretensão de abordar as partes envolvidas nos processos criminais de defloração por si sós, e de tratar as crônicas como apartadas da época na qual foram escritas. Interessou-nos em especial considerar a produção das crônicas associando-as ao seu tempo, salientando as ambiguidades e incoerências, e apreensão do comportamento descrito por mulheres e homens nos processos criminais de defloração, bem como os valores que mobilizavam em relação com a época.

Referências bibliográficas.

ALMEIDA, Angela Mendes de. *O gosto do pecado: casamento e sexualidade nos manuais de confesores dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

BAKOS, Margaret Marchiori. A habitação em Porto Alegre: problemas e projetos administrativos (1897-1937). *Cadernos de Estudo do Curso de Pós-Graduação em História – UFRGS*, Porto Alegre: UFRGS, n.1, p.1-85, nov. 1998.

_____. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUC, 1986.

BECKER, Gisele. *A construção da imagem da prostituição e da moralidade em Porto Alegre pelo jornal Gazetinha: uma análise dos códigos sociais segundo a Hipótese de Agendamento (1895-1897)*. 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra. Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. Afetos, processos e crônicas: um estudo sobre as práticas de sociabilidade (Porto Alegre, 1890-1920).

- _____. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.
- COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- CONLIN, Jonathan. *História de duas cidades: Paris, Londres e o nascimento da cidade moderna*. Trad. Márcia Soares Guimarães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORRÊA, Sílvio Marcus de Souza. *Sexualidade e Poder na Belle Époque de Porto Alegre*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia D. (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- ESTEVES, Marha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARGE, Arlette. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- GROSSO, Carlos Eduardo Millen. *Cotidiano do amor em Porto Alegre: disputas sobre honra, sexualidade e relações afetivas nos processos de defloramento (1890-1922)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil Moderno – medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994.
- LEAL, Caroline Pereira Leal. *Festas Carnavalescas da Elite de Porto Alegre: Evas e Marias nas redes de Poder (1906-1914)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.
- LEAL, Elisabete da Costa. *Positivismo: o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre, 1996.

LOCHE, Adriana et al. *Sociologia jurídica: estudos de sociologia, direito e sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

LOPES, André Luís Borges. “*Sanear, prever e embelezar*”: o engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitarista e o novo projeto urbano do PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929). 2013. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

_____. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUHRS, 2004.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *Porto Alegre e suas escritas: histórias e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989, p.16.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

OSÓRIO, Joaquim. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: Comentário*. Brasília: UNB, 1981.

PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. *História e Literatura: uma velha-nova história*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, n.6, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em 10 de março de 2012.

_____. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

_____. *O espetáculo da rua*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/PMPA, 1992.

_____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

_____. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n.4, dezembro de 1995.

GROSSO, Carlos Eduardo Millen. Afetos, processos e crônicas: um estudo sobre as práticas de sociabilidade (Porto Alegre, 1890-1920).

_____. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Através do passado*. Porto Alegre: Globo, 1940.

_____. *Flores entre ruínas*. Porto Alegre: Oficinas Wiedmann & Cia., 1920.

_____. *Noites de Luar*. Porto Alegre: Globo, 1923.

RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou no Bordel de Madame Pommery. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul/dez. 2005.

_____. *Os prazeres da noite, prostitutas e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1990.

SANHUDO, Ary Veiga. *Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1975.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiada: técnica ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. *História da vida Privada no Brasil*. República: Da Belle Époque à Era do Rádio, v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Jandira M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve histórico da imprensa sul-riograndense*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SOIHET, Raquel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. *Cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.